

## **Regulamento Interno de Equipamento de Proteção Individual do Agrupamento De Escolas de Santo André, Santiago do Cacém**

### **Preâmbulo**

A elaboração do Regulamento de Equipamento de Proteção Individual (EPI) resulta da necessidade de definição de regras de harmonização e procedimentos relacionados com a segurança, higiene e saúde nas aulas lecionadas no espaço oficial do Agrupamento de Escolas de Santo André (AESAs) doravante designado por Oficinas.

### **CAPÍTULO I Disposições Preliminares**

#### **Artigo 1º Objetivo**

O Regulamento Interno de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tem por objetivo promover a segurança e saúde na utilização de EPI, assim como determinar as normas que disciplinam a distribuição, utilização, duração e manutenção nas Oficinas.

#### **Artigo 2º**

##### **Âmbito de Aplicação**

O presente Regulamento aplica-se a todos os formandos (alunos) que utilizam, e aos professores que lecionam no espaço das Oficinas e, define as normas relativas à segurança e saúde na utilização de EPI.

#### **Artigo 3º**

##### **Princípios Gerais**

Os EPI são de uso obrigatório durante as aulas que decorrem no espaço das Oficinas ou quando os riscos existentes não possam ser evitados ou suficientemente limitados por meios técnicos de proteção coletiva.

### **CAPÍTULO II Direitos e Deveres**

#### **Artigo 4º**

##### **Deveres do AESA**

A entidade formadora, o Agrupamento de Escolas de Santo André (AESAs) obriga-se a:

- a) Respeitar e fazer cumprir a legislação em vigor sobre a matéria em causa, assim como no presente Regulamento;
- b) Fornecer equipamentos de proteção individual e garantir o seu bom funcionamento;
- c) Manter disponível, nos locais de formação, informação adequada sobre cada equipamento de

proteção individual;

- d) Informar os formandos (alunos) dos riscos sobre os quais se encontram protegidos aquando da utilização do EPI;
- e) Assegurar formação sobre a utilização do EPI.

### **Artigo 5º**

#### **Direitos dos formandos (Alunos)**

Os formandos (Alunos) têm direito:

- a) À lecionação das aulas em condições de segurança, higiene e proteção da saúde;
- b) A dispor de informação sobre todas as medidas a implementar em termos de segurança;
- c) Ao fornecimento gratuito dos EPI;
- d) À informação dos riscos sobre os quais se encontram protegidos aquando da utilização dos EPI.

### **Artigo 6º**

#### **Deveres dos formandos (Alunos)**

Constituem deveres dos formandos (Alunos):

- a) Apresentar-se, obrigatoriamente, no local de formação com o equipamento de proteção individual que lhe foi fornecido, devidamente colocado;
- b) Cumprir as prescrições de segurança e higiene que lhes forem solicitadas;
- c) Utilizar corretamente o EPI de acordo com as instruções fornecidas, sabendo que o não uso ou uso indevido, desaparecimento e/ou inutilização dolosa, incluindo qualquer modificação implica sanção disciplinar e/ou pecuniária concretizada no pagamento do equipamento inutilizado;
- d) Participar de imediato ao professor que estiver a lecionar a aula todas as avarias ou deficiências do equipamento de que tenha conhecimento.

## **CAPÍTULO III**

### **Aquisição, Distribuição, Utilização e Manutenção**

### **Artigo 7º**

#### **Seleção dos Equipamentos de Proteção Individual**

Para a seleção adequada dos EPI deve ter-se em consideração:

- a) Os riscos prováveis e efetivos a que o formando (Aluno) está exposto;
- b) A natureza da formação (conteúdos) e demais condições envolventes da sua execução;
- c) As partes do corpo que se pretende proteger;

- d) As características pessoais do formando (Aluno) que os vai utilizar.

### **Artigo 8º**

#### **Aquisição e Distribuição**

- 1 – A solicitação dos respetivos EPI é da competência dos professores que lecionam no espaço das Oficinas.
- 2 – A aquisição dos EPI é da competência do Conselho Administrativo do AESA enquanto serviço responsável pela aquisição de materiais e equipamentos.
- 3 – Na aquisição de EPI deve ter-se em consideração as normas e todos os requisitos de homologação oficialmente reconhecidos.
- 4 – Na aquisição de calçado específico de segurança deve ter-se em consideração eventuais deficiências físicas dos formandos (Alunos), medicamente justificadas.
- 5 – Todos os formandos (Alunos) e os respetivos encarregados de educação deverão assinar o comprovativo de receção dos EPI segundo o modelo do Anexo I.
- 6 – O modelo referido no número anterior indicará quais os EPI entregues, os riscos que estes previnem ou protegem e o compromisso de zelo e comunicação de possíveis deficiências do EPI entregue, por parte do formando (Aluno).

### **Artigo 9º**

#### **Utilização e Duração**

- 1 – Os EPI são de uso estritamente individual, sendo proibida a sua partilha ou troca entre os formandos (Alunos).
- 2 – No momento da entrega do EPI e antes da sua utilização, deverá o formando (Aluno) verificar a sua integridade e dar conhecimento ao professor, de qualquer deficiência suscetível de diminuir o seu nível de proteção.
- 3 – O extravio, dano ou uso inadequado do EPI, obriga o formando (Aluno) a quem o mesmo esteja distribuído ou o respetivo encarregado de educação a adquirir à sua custa as peças extraviadas, danificadas ou utilizadas inadequadamente, uma vez que pode colocar em risco a sua integridade física e a sua saúde.
- 4 – É expressamente proibida a utilização de qualquer EPI sem ser no exercício da atividade letiva proposta pelo AESA.
- 5 – As condições de utilização dos EPI, nomeadamente no que se refere à sua duração, são determinadas em função da gravidade do risco, da frequência da exposição ao mesmo e das características dos conteúdos lecionados.
- 9 – O EPI deve ser utilizado de acordo com as instruções do fabricante.

10 – No final do curso, o formando (Aluno) efetuará a devolução do EPI em condições de futura reutilização do mesmo, caso este não se encontre em condições de reutilização, o formando ou o seu encarregado de educação terá de ressarcir o AESA no valor dos equipamentos extraviados, danificados ou utilizados inadequadamente.

### **Artigo 10º**

#### **Manutenção e Conservação**

- 1 – É da responsabilidade dos respetivos utilizadores a manutenção, conservação e limpeza dos EPI.
- 2 – A manutenção dos EPI deve ser adequada, utilizando-se, para o efeito, produtos de limpeza que não coloquem em causa as suas características e respeitando sempre as indicações do fabricante.
- 3 – Durante o período em que os EPI não sejam utilizados devem ser mantidos em locais limpos e secos e, se possível, isolados em recipientes ou sacos, de acordo com as indicações do fabricante.

## **CAPÍTULO IV**

### **Disposições Finais**

#### **Artigo 11º**

##### **Informação, Sensibilização e Formação dos Formandos (Alunos)**

O AESA, através da disciplina ou unidade de formação de curta duração (UFCD) de Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e nas UFCD lecionadas no espaço das Oficinas, deve implementar medidas de informação, sensibilização e formação sobre a necessidade e modo de utilização, manutenção e conservação dos EPI, assim como sobre os riscos a que os formandos (Alunos) estão sujeitos face ao incumprimento das regras de segurança.

#### **Artigo 12º**

##### **Infrações**

A violação do estabelecido no presente Regulamento pode originar a aplicação de penalizações ou em caso de maior gravidade a instauração de competente procedimento de averiguações para atribuição de responsabilidades.

#### **Artigo 13º**

##### **Verificação de procedimentos**

A verificação do cumprimento das normas do presente Regulamento é da competência dos professores que lecionam a componente técnica e tecnológica nas Oficinas e do Coordenador do Ensino Profissionalizante.



## **Artigo 14º**

Resolução de situações não previstas no Regulamento

As dúvidas que surjam na aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pela Diretora do AESA.

## **Artigo 15º**

Regulamentação Legal

Para além do disposto no presente Regulamento recorrer-se-á à legislação aplicável sobre a matéria.

## **Artigo 16º**

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua aprovação pelo Conselho Pedagógico, sendo divulgado através dos meios habituais.

Regulamento e Anexo I aprovado em reunião do Conselho Pedagógico do dia 12/03/2024

## ANEXO I – REGISTO DE ENTREGA DE EPI'S

## DECLARAÇÃO

Declaro que recebi os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e que fui informado dos respetivos riscos que pretendem proteger, comprometendo-me a utilizá-los corretamente de acordo com as instruções recebidas, a conservá-los e mantê-los em bom estado e a participar ao meu superior hierárquico todas as avarias ou deficiências de que tenha conhecimento.

**Mais declaro que o seu não uso é da minha única e inteira responsabilidade e implica a impossibilidade de frequentar a aula com a marcação de falta injustificada.**

Nº Processo	Nome	Designação do EPI	Riscos (1)	Receção (2)	Devolução (3)

1– Indicar códigos de acordo com a tabela abaixo	2 – Data e assinatura do formando/ Encarregado de Educação	3–Data e assinatura de quem recebe
1 – Quedas em altura	11– Pancadas na cabeça	
2– Quedas ao mesmo nível	12– Cortes / escoriações	
3– Queda de objetos	13– Estilhaços / projeção de partículas ou materiais	
4– Queda por escorregamento	14– Entalamentos	
5– Objetos pontiagudos ou cortantes	15– Eletrocussão	
6– Esmagamento do pé	16– Ruído	
7– Torção do pé	17– Inalação de poeiras / produtos tóxicos / vapores	
8– Choque ao nível dos maléolos	18– Atropelamento	
9– Choque ao nível do metatarso	19– Contacto com matérias perigosas / substâncias químicas	



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA  
E INOVAÇÃO

Agrupamento de Escolas de Santo André, *Santiago do Cacém*

NIF: 600075907 Código:135513

10– Choque ao nível da perna	20– Contacto com produtos biológicos
------------------------------	--------------------------------------